



“GANHAR” E “PERDER” CASA: AS (I)MOBILIDADES DE MULHERES NAS PERIFERIAS PAULISTAS¹

Isabela Vianna Pinho²

Thalles Vichiato Breda³

Fernanda Kagan Mallak⁴

Resumo: Este artigo apresenta as conexões de três pesquisas etnográficas em periferias de cidades médias paulistas, visando discutir as relações entre território, gênero e políticas sociais nos processos de “ganhar” e “perder” a casa. Ele tem como questão central as (i) mobilidades de circulação e contenção, de permanecer ou mover-se no “ganhar” e “perder” a casa atravessadas pelas ações do Estado. Tencionamos a narrativa habitual que entende a casa própria como

1 Artigo apresentado originalmente na ANPOCS 2020 com modificações substanciais em relação ao original. Agradecemos as leituras e comentários das professoras Luana Dias Motta e Marcella Araújo Silva nesse evento, e também a leitura cuidadosa do Apoena Mano (PPGS/USP). Parte dos resultados apresentados aqui são fruto de três pesquisas etnográficas: duas de mestrado já finalizadas (Pinho, 2019; Breda, 2018) e uma de doutorado em andamento (Mallak, 2020). Uma delas foi financiada pela CAPES entre 2017-2019 (Pinho, 2019) e a segunda é financiada desde 2018 (Mallak, 2020) pela mesma instituição. Sendo assim, as duas pesquisas mencionadas foram “realizadas com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001”.

2 Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (PPGS/ UFSCar) – São Carlos – Brasil – isaviannapinho@gmail.com – <https://orcid.org/0000-0002-3567-297X>

3 Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (PPGS/) - São Carlos – Brasil - Bauhaus Universidade de Weimar (BUW) - Weimar – Alemanha – thallesvbreda@gmail.com – <https://orcid.org/0000-0001-5584-3003>

4 Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (PPGS/) – São Carlos – Brasil – fernandakmallak@gmail.com – <https://orcid.org/0000-0002-7199-4730>

estabilidade. As políticas públicas também aparecem como centrais na manutenção/degradação da vida, em diálogo com o mundo da religião, do crime e da ilegalidade/informalidade.

Palavras-chave: Periferia. Políticas sociais. Mobilidades. Casas. Gênero.

“WINNING” AND “LOSING” A HOUSE: THE (IM)MOBILITY OF WOMEN IN SAO PAULO OUTSKIRTS

Abstract: *This article presents the connections of three ethnographic researches on the outskirts of medium-sized cities in São Paulo aiming to discuss the relationships between territory, gender and social policies in the processes of “winning” and “losing” the house. Its central issue is the (im) possibilities of circulation and containment, of staying or moving in the “winning” and “losing” the house crossed by the actions of the State. We strain the usual narrative that understands homeownership as stability. Public policies also appear as central to the maintenance/degradation of life, in dialogue with the religion, crime and illegality / informality world.*

Keywords: *Periphery. Social politics. Mobilities. Houses. Gender.*

“GANAR” Y “PERDER” LA CASA: LA (IN)MOVILIDAD DE LAS MUJERES EN LAS PERIFERIAS DE SÃO PAULO

Resumen: Este artículo presenta las conexiones de tres investigaciones etnográficas en la periferia de ciudades medianas de São Paulo con el objetivo de discutir las relaciones entre territorio, género y políticas sociales en los procesos de “ganar” y “perder” la casa. Su tema central son las (in)movilidad de circulación y contención, de permanecer o moverse en el “ganar” y “perder” la casa atravesada por las acciones del Estado. Tensamos la narrativa habitual que entiende la propiedad de vivienda como estabilidad. Las políticas públicas también aparecen como centrales para el mantenimiento/degradación de la vida, en diálogo con el mundo de la religión, el crimen y la ilegalidad/informalidad.

Palabras clave: Periferia. Política social. Movilidades. Casas. Género.

1. Introdução

Este artigo apresenta as conexões e os desdobramentos de três pesquisas etnográficas em periferias de cidades médias paulistas e visa discutir as relações

entre território, gênero e políticas sociais contemporâneas nos processos de “ganhar” e “perder” a casa. As duas primeiras etnografias foram realizadas em São Carlos, no interior do estado de São Paulo, especificamente em dois bairros vizinhos – Jardim Zavaglia e Eduardo Abdelnur – construídos pelo programa federal “Minha Casa Minha Vida Faixa 1” (PMCMV-1, habitação social). Assim, milhares de famílias, tendo como titulares preferenciais mulheres, “ganharam” suas casas em 2011 e 2016, respectivamente. A terceira etnografia foi feita na região metropolitana de São Paulo, em Mogi das Cruzes, no bairro Jundiapéba. Neste território, 61 famílias “perderam” suas casas em uma ação de reintegração de posse solicitada por uma empresa de transmissão de energia elétrica no ano de 2018.

Neste contexto, relacionamos os processos e significados distintos de “ganhar” e “perder” casa às ações do Estado. Seja por meio de políticas de habitação ou de ordens de despejo, o Estado se faz presente e se constrói no cotidiano de sujeitos e territórios nas margens da cidade. Compreendemos o Estado pela perspectiva de Das e Poole (2008), que se dedicam a pensar o Estado não como uma unidade fechada, coesa, monolítica e sólida ou somente como uma forma administrativa de organização política racionalizada e que tende a enxergar as margens como espaços de ausência do Estado, de menor articulação e enfraquecimento das formas de regulação. Nessa perspectiva, o Estado é formado no cotidiano das margens, em processo, em movimento, pois as práticas de vida nesses espaços moldam as práticas de regulação e disciplina do que geralmente denominamos como aparelho estatal e vice-versa. Isso significa dizer que as margens são vistas como pressupostos necessários à existência do Estado e não como algo fora dele. Essa postura teórico-metodológica nos ajuda a olhar para os múltiplos efeitos do Estado nas margens e a pensar as periferias em sua heterogeneidade, pensar a produção do Estado por dentro das periferias. Sendo assim, visamos analisar os possíveis efeitos de ações do Estado nos cotidianos e refletir sobre as (i)mobilidades de mulheres pobres⁵, em sua maioria negras, que habitam as periferias urbanas no Brasil.

No que se refere ao campo teórico sobre mobilidades, este artigo se situa em debates relacionados ao chamado giro móvel na teoria social. Quando tratamos

5 Por meio da etnografia das casas de mulheres, optamos pelo ponto de vista “situado” (Haraway, 1988), próprio à experiência da conjugação de relações de poder variadas e que se entrelaçam (Hirata, 2014), como classe, raça, gênero e território. As conceitualizações de interseccionalidade ou de consubstancialidade partilham do pressuposto da epistemologia feminista que questiona as definições do conhecimento que frequentemente incorporam a visão do mundo das pessoas que “criaram” a ciência: geralmente homens, ocidentais, brancos e de classes dominantes. Tais conceitos são vistos como formas de combater as opressões múltiplas e imbricadas, como instrumento de luta e arma política e um “projeto de conhecimento” (Hill Collins, 2014).

sobre “mobilidades”, trazemos uma perspectiva que interroga as práticas de movimento para além do transporte entre e nas cidades, mas também sobre as micro-mobilidades cotidianas, em uma escala corporal, que são influenciadas por processos que podem variar entre marcadores de gênero, classe, raça, sexualidade, entre outros (Sheller, 2018). Entre a necessidade de mudanças e a impossibilidade de escolher permanecer, observamos a trajetória de deslocamentos situacionais entre diferentes casas com base em três relações de interlocuções em diferentes contextos. Notamos que essas relações de (i) mobilidades são condicionadas por políticas públicas, moralidades e precariedades que afetam essas mulheres de modos específicos. Nesse sentido, esse artigo representa uma contribuição direta aos estudos que relacionam mobilidades e gênero (Uteng e Cresswell, 2008), em especial na América Latina (Jirón e Singh, 2017). Em paralelo, contribuímos também à recente bibliografia que advoga pela pertinência heurística de traduções empíricas desse arcabouço conceitual à realidade brasileira (Freire-Medeiros e Lages, 2020; Mano, 2021).

Metodologicamente, baseamo-nos em uma leitura sobre os processos de vida e de casas (Araujo Silva, 2017) recuperados por meio de entrevistas e observação participante nas três etnografias⁶, para compreender a dinâmica de produção e reprodução do Estado, do cotidiano e do espaço urbano. Assumindo que “as práticas do espaço tecem, com efeito, as condições determinantes da vida social” (Certeau, 2003: 175), as histórias nos dão pistas do que há de mais capilar nos espaços, dos processos que escapam ao que está colocado, que estão presentes nas vivências sociais, coletivas e cotidianas. Assim, por meio de um olhar multissituado, acompanhar os processos de vida de pessoas que “ganharam” e “perderam” suas casas traz o entendimento sobre as transformações nos territórios urbanos: capturamos as mobilidades das mulheres e a relação entre os destinos individuais e coletivos. As experiências vividas no território são tecidas pelas constantes relações com outros sujeitos e espaços, negociações que envolvem família, vizinhos, políticos, assistência social, empresas, religião, crime etc. Em outras palavras, o tecido urbano é costurado por um conjunto de sujeitos que se relacionam, disputam, negociam, rompem, mas, sobretudo, criam sentido para as ações vividas.

6 Nas nossas pesquisas individuais, realizamos a reconstrução de trajetórias de vida na conceituação de Telles (2006), enquanto uma espécie de cartografia das mobilidades urbanas, formada por três linhas de intensidade: tempo, espaço e eventos políticos. Pela limitação de tamanho deste artigo, escrevemos parte dessas trajetórias e nos alinhamos com a perspectiva de Araujo Silva (2017: 112) sobre os processos de vida, como “o fluxo da existência e nossas tentativas de lhe dar sentido”. Analiticamente, sua utilização possui a vantagem de acompanhar os projetos de vida e as moralidades nativas.

Assim como as trajetórias individuais e coletivas são dinâmicas, a casa também deve ser pensada nessa perspectiva. Inspirados por Marcelin (1999), olhamos para a casa enquanto um processo de configuração, em transformação, em movimento, na contramão da construção de unidades fixas. Como o autor, investigamos a gênese das casas, as práticas sociais que são substratos e também resultados da construção e do surgimento da casa. Nesse sentido, olhar a casa é extrapolar a construção física e o território local; é compreender as mobilidades sociais, econômicas, materiais, simbólicas que configuram a casa e o território; é colocar o universo familiar em relação ao dito mundo “exterior”; é compreender que as configurações socioespaciais estão em constante diálogo com a produção de identidades e configurações familiares. Olhar para a casa “nos permite explorar as formas das relações sociais que ela traduz, circunscreve e articula, assim como os modos de produção e reprodução de identidades e de hierarquias no local estudado” (Marcelin, 1999: 54).

Dialogando com essa perspectiva, Motta (2014) assume que as casas são elementos fundamentais na economia cotidiana e as configurações de casas não têm propriedades específicas, mas só nascem e existem em relação. Assim, não são entidades isoladas; são relativamente autônomas, mas dependentes umas das outras – elas possuem relações diversas e mutáveis entre si e constituem uma configuração. Nesse contexto, é necessário fazer uma etnografia econômica que não parte da oposição entre casa e trabalho (ou religião, família, mundo do *crime*). Para Araujo Silva (2017), as relações entre as casas estão sujeitas às mudanças ao longo do tempo no processo que ela chama de “re-configuração”, sendo ao menos quatro modos possíveis: quando novas casas são construídas; quando há mudança da distribuição dos cuidados ou do “dinheiro da casa”; quando há interrupção no fluxo de trocas; e, por fim, quando há anexação ou incorporação de outras casas.

É importante destacar que as etnografias trabalhadas aqui se inserem no contexto do lulismo, quando foi inaugurado um “novo ciclo” de políticas sociais, massificando as políticas sociais focalizadas, visando à redução da pobreza, sem deixar de atender aos interesses das classes dominantes (Singer, 2012). Dentre essas políticas, o Programa Bolsa-Família (PBF) e o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) ganharam grande importância e reconfiguram o acesso e manutenção à renda e à habitação. Ambos os programas trouxeram a questão de gênero para o centro do debate quando colocaram as mulheres como titulares preferenciais. Tais políticas ganharam vários significados e contradições, próprias do lulismo, como, por exemplo: habitações sociais que beneficiam a população pobre, mas, por outro lado, segregam-nas e remuneram

generosamente o capital imobiliário. Atravessadas por esse contexto, de que forma essas trajetórias se encontram diante das (i)mobilidades de circulação e contenção, de permanecer ou mover-se no “ganhar” e “perder” a casa? A seguir, apresentamos três processos de vida em busca de casas.

2 “Ganhar” e “perder” casa: sentidos e (i)mobilidades nas periferias paulistas

2.1 “Ganhar casa” e (não) permanecer⁷

Bela mudou de casas e de cidades ao longo de sua trajetória, mas nunca foi para muito longe. Seus deslocamentos foram entre territórios relativamente próximos, todos no interior do estado de São Paulo, na região da cidade de São Carlos. Nascida nesse município no início dos anos 90, Bela hoje tem 30 anos, é negra, casada, possui quatro filhos pequenos e ensino médio incompleto. Atualmente, está desempregada, recebe o PBF e o Auxílio Emergencial. Também é titular do PMCMV-1, “ganhou a casinha” no bairro *Abdelnur*, que hoje aluga para conseguir alguma fonte de renda. Ela mora atualmente em uma ocupação em outro bairro com os filhos. Bruno, seu marido, foi preso em 2019.

Aos sete anos, Bela perdeu a mãe e praticamente não teve contato com o pai. Então, viveu com seus dois irmãos em um abrigo em Descalvado, pequena cidade da região. Chegou a morar com uma família adotiva, mas logo retornou ao abrigo. Quando adolescente, voltou à São Carlos e passou a viver na *casa da madrastra*⁸ até completar 18 anos. Um ano depois, Bela engravidou de sua primeira filha e foi morar na *casa da sogra* com o companheiro. Durante a gravidez, contudo, terminou o namoro e passou um tempo com a irmã em Ribeirão Preto, onde ficou até os seus seis meses de gestação. Depois, voltou a São Carlos, retomou o namoro com o pai da criança e foram morar juntos, mas não chegaram a casar *no papel*. Desde então, Bela viveu na *casa da sogra* novamente, na *casa da cunhada*, em uma *casa de aluguel* e também sozinha com a filha em uma quitinete.

Separada, Bela conheceu seu segundo companheiro, Bruno, pai de seus três filhos mais novos. Após trocarem olhares durante os cultos da igreja evangélica que frequentavam, começaram a namorar. Desde então, mais deslocamentos se fizeram presentes na trajetória de Bela: entre a *casa da sogra* atual, outras moradias pagando aluguel, uma casa “autoconstruída” em ocupação, até que, em

7 Dados obtidos por meio de etnografia realizada entre abril e agosto de 2018 no Residencial Eduardo Abdelnur em São Carlos/SP, um bairro promovido pelo PMCMV-1, com cerca de mil casas entregues em abril de 2016.

8 Os termos ênicos estão em itálico, os termos da literatura estão entre aspas.

2015, depois de *lutar muito, ganhou a sua casinha do Abdelnur*. “Ganhar a casa” é um fato contado com orgulho por Bela, pois *foi atrás de tudo sozinha*. Tal evento é visto como uma conquista e uma luta e um mérito individual, não coletiva, não no âmbito dos direitos sociais. Quando o assunto do sorteio vinha à tona nas nossas conversas, era comum que Bela comentasse de outras mulheres que *não foram atrás* e, por isso, não conseguiram a casa como ela.

O período entre 2016 e 2018 é marcado por eventos extraordinários. Questões íntimas e delicadas que causam certo silenciamento por parte dela e da família. O que Bela comentava sem muita minúcia era que ela e o marido brigaram, separaram-se e Bruno foi morar na *casinha* de sua mãe, também no *Abdelnur*. Nessa época, ele começou a se relacionar com a vizinha da casa ao lado. Depois Bela e o marido retomaram. Eram somente esses fatos que eu soube por Bela sobre esse período. No entanto, sua sogra comentou uma única vez sobre tal situação. Segundo ela, o filho quis se separar, foi morar com a mãe e, nesse tempo, a casa de Bela pegou fogo. Em razão desse acontecimento, ela e as duas filhas também foram morar com a avó, que afirmou: *elas tiveram que vir para cá, né, minhas netas, lógico que eu ia receber*. Ela desconfia que foi Bela quem colocou fogo na própria casa, pois queria chamar atenção do marido para que ficassem juntos. Por sorte, segundo ela, a PROHAB⁹ reformou a casa e eles voltaram para lá.

No período da pesquisa, foram muitas estratégias do casal para “ganhar a vida” e “manter a casa” – duas facetas indissociáveis dos “problemas domésticos” (Araujo Silva, 2017). Em abril de 2018, Bela estava com quase sete meses de gestação; então, não trabalhava e nem fazia bicos. O único dinheiro que recebia era do PBF, um valor de 420 reais mensais, ao qual se refere como *o dinheiro das meninas*, pois somente o utilizava para comprar objetos ou alimentos específicos para as filhas. Existe uma diferenciação nítida entre esse dinheiro e o de seu marido e seus respectivos usos – o que demonstra a existência de circuitos de objetos e dinheiros relativamente autônomos, que envolvem moralidades, obrigações e restrições e que contraria a característica da moeda enquanto supostamente homogeneizadora no que diz respeito a práticas de gestão da casa (Motta, 2014; Zelizer, 2009).

Neste período, Bruno estava desempregado, mas *correu atrás* de formas diversas para conseguir o “dinheiro da casa” (Motta, 2014). Dias antes do nascimento do último filho, Bruno conseguiu um *serviço* formal para carregar eletrodomésticos na Electrolux. No entanto, ficou apenas por três meses. Mas o benefício do PBF foi bloqueado, devido ao registro na sua carteira. A situação

9 Progresso e Habitação de São Carlos, órgão operador das políticas habitacionais do município.

financeira havia piorado muito. Comprar fraldas para o filho estava cada vez mais difícil. Ter Bruno para “contar”¹⁰ fazia grande diferença no cotidiano da casa de Bela. Além dele, Bela também “contava” com as suas vizinhas. As trocas entre as casas eram constantes: uma emprestava à outra os mais variados objetos, trocavam alimentos, vendiam e compravam coisas, faziam dívidas. Mas nem sempre esses circuitos ocorriam de forma pacífica, com extrema solidariedade, pois é comum que haja conflitos. As crianças também circulavam a todo momento pelos colos e casas. Bela articulava as redes de casas para conseguir os objetos necessários ao bebê que estava para nascer. Ela mobilizava diferentes pessoas, principalmente mulheres. Quando o bebê nasceu, ele tinha tudo que era essencial e a maioria das coisas foi fruto dessa articulação entre as casas.

Desde o momento que Bela e Bruno *se juntaram*, a primeira filha passou a viver com o pai, ex-marido de Bela, que frequentemente se queixava de ficar muito tempo sem vê-la. Essa queixa se refere à distância e à dificuldade de deslocamento de ir até o bairro em que a filha mora – o que era muito comum de ouvir, não só de Bela, mas de tantos outros moradores. Isso porque o bairro está localizado em territórios considerados às margens da cidade, segregados geograficamente. Com isso, ao se mudarem para o bairro, as possibilidades de deslocamentos se transformaram. Se, por um lado, “ganhar a casa” assegura minimamente que mulheres não passem por deslocamentos forçados e que não migrem com frequência, por outro, prejudica o deslocamento cotidiano, como o necessário para trabalhar e levar os filhos nas escolas, visitar familiares em outros bairros, fazer compras, buscar empregos, retirar o benefício do PBF ou atualizar os cadastros etc. Dessa forma, os efeitos de Estado são ambivalentes.

Somente em outubro de 2019, a escola e a creche foram finalizadas no bairro. Então, por mais de três anos, Bela e tantas outras moradoras pegavam ônibus todos os dias para levar e buscar os filhos nas escolas. Esses ônibus eram quase inteiramente compostos por mulheres. Ao todo, elas gastavam quase duas horas de seus dias nesses trajetos. Existiam formas diversas para gerir a circulação das crianças na ida e volta às escolas, combinadas entre as moradoras. Por exemplo, já era subentendido que, se alguma mãe perdesse o ônibus, elas trariam a criança para o *Abdelnur* e a levariam até sua respectiva casa. Aqui, observamos as práticas de movimento e de contenção de Bela e outras mulheres. Sua história nos mostra como as (i)mobilidades relacionadas ao gênero (Jirón e Singh, 2017) revelam possibilidades diferenciais de acesso a deslocamentos e, ao

10 A pergunta “com quem contamos para dar conta de nossas vidas?” Feita por Araujo Silva (2017), serve como inspiração.

mesmo tempo, possibilidades de criações de alianças formadas para lidar com as contenções.

No início de 2019, Bruno foi preso. Com a voz lenta e baixa, nitidamente abalada, Bela contou como foi: seu filho usava a última fralda que tinha na casa e Bruno lhe disse que sairia para comprar. Porém, ele só voltou com a viatura da polícia que entrou na casa, revistou tudo e “encontrou mais coisas”. Bruno e um adolescente menor de idade abordaram uma mulher e roubaram seu celular. A polícia os parou a caminho do *Abdelnur*, revistou-os e encontrou o celular e duas facas. Os dois foram presos e a vítima os reconheceu. Apesar da tristeza, de dizer com a voz trêmula que é tão ruim ficar sozinha em casa, Bela já buscava novas formas de reabitar sua vida ordinária (Das, 2005; Pierobon, 2018).

Como se percebe, os “processos da vida” (Araujo Silva, 2017) de Bela e das pessoas ao seu redor também se relacionam com as casas. Ademais, suas memórias do passado se imbricam com as memórias das configurações de casas que viveu, trabalhou ou que mantinha relações. Foram muitos os deslocamentos e as menções às casas, tratadas ou não neste texto, como: o abrigo na infância; as casas da família que a adotou e dos pais adotivos de seus irmãos; o abrigo novamente na adolescência; a casa da madrasta na juventude; a de sua melhor amiga; a casa que fazia bicos *olhando*¹¹ as crianças; a da irmã em Ribeirão Preto; a quitinete que morou sozinha com sua filha; as casas das sogras e das cunhadas; das vizinhas; da irmã por parte de pai que também mora no bairro; a sua *casinha do Abdelnur*; e a casa na ocupação.

Os processos de vida de Bela também nos ajudam a visualizar como as formas de viver acompanham as formas de morar (e vice-versa). E esse processo é contínuo, não cessa, está em perpétua transformação. A casa de Bela segue se reconfigurando quando consideramos que esta não é somente a construção física, mas também as relações estruturais e simbólicas dentro e fora dela. Não é porque agora é moradora da *casinha do Abdelnur* e que possui a casa própria tão desejada que não seguirá buscando novas formas de habitar. Ela e tantas moradoras do bairro seguem cotidianamente nesse processo de (re)habitar casas, vidas ordinárias e mundos. A vida ordinária não é o lugar da repetição, do garantido e do óbvio; mas é o lugar da reabitação a cada novo evento, isto é, as mulheres recriam suas relações e se reconstituem enquanto sujeitos com gênero, classe, raça, sexualidades, corpos e subjetividades (Das, 2005; Pierobon, 2018).

11 *Olhar* era o verbo que sempre utilizou para se referir a esse momento em que se ficava com os filhos de outras mulheres, seja de forma remunerada ou não.

As motivações para mudar de habitação estavam associadas, muitas vezes, aos conflitos entre mulheres no interior da casa. E esses conflitos eram justificados pela manutenção da própria casa, como, por exemplo, problemas de limpeza e faxina. No convívio cotidiano, as formas de “manter a casa” eram divergentes ou, então, ficavam desiguais – uma fazia mais e a outra menos – e assim se davam os conflitos. É evidente que as mulheres são centrais nas moradias e nas relações entre elas; são elas as principais agentes na gestão das casas, do cuidado e do cotidiano. Mas isso não quer dizer que as mulheres estão ligadas às casas em oposição a um universo “público”, que supostamente existiria. Na realidade, elas estão ligadas às casas por meio de práticas ordinárias que produzem domesticidade e, da mesma forma, produzem as bases da economia e da política cotidiana.

O evento do incêndio na casa de Bela é emblemático. Pensando hipoteticamente que o fogo tenha sido causado por ela, podemos pensar que, por mais que se alcance o sonho da casa própria e tudo que envolve simbolicamente e materialmente essa conquista (difícil de ser mensurada), que se livre do aluguel, que se pague prestações muito baixas, naquele momento, não foi isso que a prendeu à casa física. Isso porque a casa se refere não somente à construção material, mas também às relações estruturais e simbólicas dentro delas e, entre elas, refere-se às pessoas que as habitam. Por outro lado, se pensarmos que o fogo foi acidental, por conta desse evento, Bela também buscou estratégias possíveis, mobilizou sua rede de casas, de pessoas, para conseguir outra forma de habitar e de viver. Araujo Silva (2017) nos mostra como algumas metáforas biológicas nativas utilizadas em seu campo apreendem dinâmicas relacionadas à vida humana e, ao mesmo tempo, às suas casas. A autora apresenta analogias de seus interlocutores que concebem a configuração das casas como um organismo vivo e exemplifica como as casas morreriam sem as ajudas que fluíam entre elas. No caso de Bela, romper a relação com o marido, com a família e com a casa de sua sogra seria, no limite, a morte de sua própria casa.

2.2 “Ganhar casa” e perder a mobilidade¹²

Karol tem 32 anos, é de cor branca, casada e mãe de uma menina de 9 anos. Estudante de supletivo da 5ª à 6ª série no período noturno, ela vem de uma família em que a migração sempre se fez presente. Na busca por *melhorar de vida*, sua família *abriu mão* de uma pequena roça de subsistência no Paraná

12 Dados obtidos por meio de etnografia realizada entre 2016 e 2018 no Bairro Jardim Zavaglia, em São Carlos/SP. Bairro promovido pelo PMCMV-1, com mil unidades habitacionais, entregues em 2011. A entrevista com o casal Karol e Roberto ocorreu em maio de 2017.

para se mudar para São Carlos. *Ganharam* um terreno no bairro Cidade Aracy e, por meio da autoconstrução, fizeram uma casa com dois cômodos, um banheiro e uma garagem.

Em 2005, Karol conheceu seu único e atual marido (pai de sua filha), Roberto. Seu esposo nasceu na grande São Paulo, tem 34 anos, negro, segundo grau completo. Sua família também tem histórico de migração: na década de 1970, mudaram-se de Alagoas para São Paulo em busca de emprego, *fugindo* da extrema pobreza. Quando conheceu Karol, ele trabalhava como metalúrgico. Em 2006, decidiram morar juntos e se mudaram para São Bernardo do Campo, em um imóvel cedido por uma amiga do casal. Depois de um ano, foram morar em uma casa-cômodo nos fundos da casa da mãe de Roberto, em Santo André. Posteriormente, mudaram-se novamente, para o bairro Jardim Santo André e depois para Mauá, na casa da irmã dele.

Em 2008, o casal tenta mais uma vez morar com a mãe de Roberto ao mesmo tempo em que se juntam a uma ocupação por moradia no Jd. Santo André, visando conquistar um terreno ou o “auxílio aluguel”. Neste ano, Karol engravidou de sua filha, o que acabou dificultando o seu deslocamento entre a casa da sogra e o terreno pretendido. Foi nessa conjuntura que, em 2009, o casal decidiu migrar para São Carlos, na casa da mãe de Karol, no bairro Cidade Aracy, imaginando que as condições de emprego no interior estariam melhores. Entretanto, dividir a casa de dois cômodos com 8 pessoas da família de Karol não era tarefa fácil, mas foi lá que Karol recebeu o chamado de Deus para se inscrever no Programa Minha Casa Minha Vida. Karol conta que sua mãe sempre abriu a garagem de sua casa para celebrar cultos evangélicos e, em um desses cultos, o pastor *revelou que Deus iria me dar uma chave, só que não falou que era de uma casa (...) só falou que era de um desejo que eu queria muito. E o que eu pedia muito para Deus era o nosso canto. (...) Para Deus nada é impossível.* Foi nesse momento que ela procurou se informar melhor sobre o PMCMV, que *já tinha ouvido falar*, mas não acreditava que conseguiriam. Foi por meio de sua fé que se arriscou a se inscrever e foi contemplada, mudando-se para o Jd. Zaváglia, em 2011. No entendimento de Karol, o acesso ao programa ocorreu em primeiro lugar como uma providência divina e não como direito social. Aqui, as justificativas divinas a respeito do “ganhar a casa”, tanto por Karol como por Bela, aproximam-se, embora Bela pontue muito sua luta individual.

Quando o casal foi contemplado com uma casa no Jd. Zaváglia, eles tiveram a oportunidade de escolher uma casa de esquina, que, segundo Karol, foi motivada pelo fato do terreno ser um pouco maior; assim, ela poderia *tocar um comércio* na residência enquanto seu marido trabalhava fora. Entretanto, não

foi isso que aconteceu: devido ao desemprego de Karol e ao emprego de baixa remuneração do marido, eles nunca conseguiram dinheiro para montar a vendinha. Karol conta que a maioria de seus trabalhos se deu sem registro e a alternância de emprego sempre foi muito presente: já trabalhou colhendo laranja e café, panfletando, como vendedora ambulante, faxineira e ajudante de gesseiro. De modo geral, acredita que passou a maior parte de sua vida desempregada ou em empregos informais. Já Roberto apresenta uma trajetória de trabalho com empregos mais duradouros e com registro na carteira, sendo ele o responsável financeiro da família. Sua trajetória inclui trabalho no ramo metalúrgico, auxiliar de produção, carregador, firma de fundição e cobrador de ônibus. Entretanto, atualmente, Roberto faz bicos de jardineiro e pedreiro. Ele comenta que a situação está muito difícil, obrigando-o a aceitar qualquer tipo de trabalho ou *bico* mesmo que o pagamento seja baixo ou não condizente com o serviço.

Entre um cigarro e outro que Roberto fumava durante a conversa, desabafava os momentos difíceis que passaram naqueles últimos dois anos: a pobreza, o desemprego e a fome. O casal revelou que, mesmo com a casa própria, o ano de 2017 estava sendo um dos piores momentos de suas vidas: *parece que nossa vida parou depois que mudamos para cá*. A falta de emprego, as contas de água e luz acumuladas sem pagamento e a falta de dinheiro para comida ou para os deslocamentos diários tornavam cada dia um desafio de sobrevivência. A filha dependia da ONG instalada no bairro para poder tomar café da manhã e almoçar. O casal era beneficiário do PBF, mas os 124 reais que recebiam não era muita coisa: *ele seria muito útil para complementação de renda, não somente como renda*, diz Karol.

No meio desse cenário desanimador, tudo o que o casal pensa é em alugar a sua casa e voltar para São Paulo, em busca de emprego. Karol acredita que, em São Paulo, as chances são maiores no ramo do trabalho informal. Ela relata que tinha mais facilidade para conseguir *uns trocados*, vendendo bolo ou salgado em pontos de ônibus, sempre *dava para voltar com um dinheirinho para casa*, coisa que não ocorre em São Carlos. Entretanto, o medo de perder a casa conquistada é uma grande barreira, uma vez que alugar ou vender o imóvel é uma prática ilegal perante as regras do PMCMV-1. Outro fator que não permite a mudança é a religião. Durante a entrevista, a moral cristã¹³ apareceu como um elemento muito forte na vida do casal. Neste caso, *Deus* deu a casa para eles e

13 Cabanes (2011) chamou de “saída religiosa” quando os indivíduos ou grupos sociais usam o nome de deus (ou outras entidades) para justificar seus destinos ou escolhas. Embora o autor tenha utilizado esse termo para compreender a teologia da libertação, parece-nos ser possível o paralelo para compreendermos como as configurações religiosas têm potencial de ordenamento do mundo cotidiano.

não seria de bom grado abandoná-la e se mudar, mesmo que a situação não seja favorável: é preciso confiar nos planos *Dele*.

Ao final da nossa conversa, Karol reafirma sua cosmovisão cristã: *Eu não tenho amor em bens materiais, eu tenho amor ao próximo, no ser humano. Por que eu acho assim, as pessoas têm que pensar que o sol brilha para todos, basta você correr atrás dos seus objetivos. Porque do mesmo jeito que eu consegui, você também vai conseguir.* Aqui, além da questão religiosa, o caráter meritocrático se revela: *basta você correr atrás (...) eu consegui, você também vai conseguir.* Podemos fazer novamente um paralelo com a trajetória de Bela, que evoca a sua disposição como fator fundamental no “ganhar a casa”.

Observamos que a trajetória do casal, assim como a trajetória de seus avós e pais, revela a migração como um projeto constante na tentativa de melhorar de vida (Durham, 1978). O casal migrou para diversas regiões dentro do estado de São Paulo, até se estabelecerem em São Carlos. Agora, mesmo com a casa própria, o desejo/necessidade de migrar reaparece. Mas, com um contrato assinado do PMCMV-1, eles não podem sair, alugar ou vender a casa por um longo período de tempo, imobilizando-os naquele lugar. Nesse cenário, ter um teto, mas não ter o que comer ou onde trabalhar produz uma situação de vulnerabilidade por meio da imobilidade forçada. Revela-se também na fala de Karol uma questão de escala urbana: em São Paulo, ela acredita ser mais fácil viver da informalidade; em São Carlos, não. Ainda é válido ressaltar que, mesmo que se concretizasse o sonho de Karol de abrir um pequeno comércio em sua casa, essa prática seria considerada ilegal perante o Estado, uma vez que haveria um desvio de finalidade do uso do imóvel¹⁴.

Com base nesse exemplo, podemos observar que o modelo do PMCMV-1 calcado na propriedade privada do imóvel, na finalidade de uso exclusivo habitacional, somada à imobilidade forçada, encontra seus limites na busca pelo enfrentamento do déficit habitacional e na melhoria da qualidade de vida de seus beneficiários, assim como na geração de renda. Somado a isso, a localização do imóvel resultado da prática largamente empregada pelo PMCMV-1 de construir grandes lotes homogêneos nas periferias da cidade, que favoreceu massivamente a cadeia imobiliária, ignorou todas as suas questões transversais relacionadas ao direito à cidade, como mobilidade, acesso à saúde, educação, lazer, emprego

14 Em entrevista em 2017, o ex-presidente da PROHAB revelou que seria necessário que as casas fossem aprovadas com uso misto, e ainda apontou que “está acontecendo no próprio Zaváglia. As pessoas que investiram [em um comércio na casa] fora da área destinada ao comércio estão com ação civil para tirar eles de lá. Pessoas que hoje vivem... Que a subsistência da família está vinculada com a atividade comercial dele”.

etc., promovendo muitas vezes maior precariedade e vulnerabilidade na vida dos beneficiários do PMCMV-1.

Neste caso, o Estado se faz presente na vida de Karol e Roberto de modos distintos, seja por meio do PMCMV, pelo PBF ou mesmo pela ameaça constante de reapropriação da casa se eles a alugarem, venderem ou construírem uma vendinha na garagem – estratégias que poderiam ser adotadas na busca de uma fonte de renda. Junto com os modos de ordenamento do Estado, a religião também se faz presente, nesse caso, disputando os sentidos de “ganhar” a casa – foi obra divina ou resultado de uma conjuntura política? Pela perspectiva de Estado de Das e Poole (2008), notamos diversas racionalidades, agentes e sentidos, produzindo ações que, às vezes, podem aparentar serem contraditórias, como, por exemplo, oferecer certa “proteção social” por meio de um programa habitacional, ao passo que produz vulnerabilidade e ilegalidades ao não promover condições de adequadas de manutenção do cotidiano das populações pobres. Entretanto, se olharmos para os programas sociais, instituições e seus respectivos desenhos, operadores, relações e as práticas, compreendemos a heterogeneidade que forma essa figura chamada Estado, que produz, em negociação com a população, o cotidiano.

2.3 “Perder casa” – remoções e transitoriedades¹⁵

Gisele morou na casa de seus pais, no bairro de Jundiapéba, Mogi das Cruzes (SP), até conhecer Lucas. Aos 21 anos, eles *se juntam* para “fazer a casa” (Araujo Silva, 2017; Motta, 2014) no terreno em que a mãe de Lucas morava, situado no mesmo bairro. Lucas *tinha mais condições* e a casa que construíram, de alvenaria, era *mais estruturada* do que a que morava com seus pais. Após um ano, o casal teve a primeira filha e as outras duas *vieram tudo em escadinha*. Nessa época, Gisele não trabalhava e centrou a vida nos cuidados das filhas, enquanto Lucas trabalhava com vendas, o que proporcionava à família uma vida confortável.

Quando Gisele estava grávida da terceira filha, eles decidiram se separar. Lucas foi morar em São Paulo, onde parte de sua família residia. Nesse mesmo período, a mãe de Lucas decidiu vender a casa e Gisele ficou sem ter onde morar. Grávida de quase oito meses, Gisele foi *morar de favor* na casa de seu irmão. Mas, logo após o nascimento da filha, *não aguentava mais morar lá*. Ficou

15 Esta etnografia foi realizada entre os anos de 2018 e 2020 em Mogi das Cruzes/SP, no bairro Jundiapéba. Nesse território, 61 famílias “perderam” suas casas em uma ação de reintegração de posse solicitada pela empresa de transmissão de energia elétrica.

sabendo de um terreno onde o pessoal estava construindo *barracos* e essa foi a saída encontrada por Gisele: *eu tava desempregada, não tinha onde morar, vivendo de favor e com três crianças pequenas, não tinha condições de manter as crianças, ainda mais de poder pagar um aluguel.*

Naquela época, não era necessário pagar pelos terrenos: *enquanto tinha espaço nos terrenos vazios, era só chegar.* Foi assim que Gisele fez. O terreno estava situado no perímetro das linhas de transmissão de energia elétrica, considerada uma “área de risco”¹⁶. Embora satisfeita com a moradia e com a autonomia adquirida, nesse período, ela passou a ter problemas com os vizinhos, especialmente por conta de uma mulher que sofria violência doméstica do marido. O conflito assume um caráter cada vez mais intenso até Gisele ser também ameaçada pelo vizinho. Nesse mesmo período, por volta do ano de 2013, Dona Cida convidou Gisele para ocupar outro terreno, em outra parte do bairro, mas também *embaixo da torre de energia*. Dona Cida era conhecida no bairro por ocupar os terrenos vazios para *fazer negócio* e Gisele, diante das ameaças constantes feitas pelo vizinho, decidiu refazer a casa: *peguei o material que tinha usado para construir lá, as telhas, madeira e fui construir no terreno junto com a Dona Cida.*

Gisele costuma evidenciar a sua força em aguentar morar no *barraco*, mesmo com todas as adversidades. Diferente do *barraco* anterior, este era bem menor. Havia também os desafios em garantir a infraestrutura, especialmente água e luz nos domicílios, mas que logo foi resolvido pelos próprios moradores com os famosos *gatos*. Como o terreno era grande, Dona Cida permitiu que os ocupantes dividissem seus lotes com outras pessoas e Gisele compartilhou a sua parte com as suas duas irmãs, que também fizeram seus *barracos* lá.

Após alguns meses da ocupação, Gisele e os demais moradores receberam notificações sobre o processo de reintegração de posse solicitado pela empresa responsável pela transmissão de energia. De acordo com a concessionária, as famílias sofriam “risco de vida” ao viver nessas áreas, mas também a presença

16 O risco enquanto categoria é um debate realizado desde alguns autores na sociologia (Beck, 2010) e antropologia (Douglas, 1983), como também na perspectiva que relaciona governamentalidade e risco (Foucault, 2008; O'Malley, 2009; e outros). Em consonância com essa discussão e com base nos achados empíricos, verifico que o risco está incorporado na gramática e no cotidiano dos moradores. No entanto, os sentidos atribuídos para “risco” não são os mesmos compreendidos pela empresa concessionária de energia elétrica. Para Gisele, morar na “área de risco” significa não dever mais favor aos seus familiares e adquirir autonomia em suas ações. O “risco”, por sua vez, está atribuído às ameaças constantes de perder a casa e os efeitos produzidos por essas remoções. Sofrer um acidente em virtude da proximidade com as linhas de transmissão de energia não está no repertório do plausível de Gisele, que nunca viu um acidente ocorrer, mas já viu e vivenciou perdas de casas.

das casas no perímetro das linhas de energia trazia risco para “o fornecimento de energia elétrica”.

O processo de reintegração de posse tramitou no judiciário durante cinco anos. Nesse período, Gisele e seus vizinhos permaneceram na “área de risco”. Em 2018, o processo é então deferido em favor da empresa, sem a obrigatoriedade de contrapartidas habitacionais. Se o risco era um fator intermediário entre segurança e destruição (Beck, 2010), o evento da reintegração de posse era a determinação da ação: *Eles chegaram de madrugada (...) Quando deu 6hoo não podia tirar mais nada. Chegaram cheio de polícia, tudo armado marchando. Parecia uma cavalaria (...) eles tiravam a gente da casa e a máquina passava derrubando. (...) Aí deram um papel e a ordem para derrubar, era um oficial de justiça e aí derrubaram”*.

Com os corpos e casas resistindo até o último momento, Gisele conta que não havia a menor possibilidade de *enfrentar a polícia* e, em poucas horas, a remoção aconteceu. É possível afirmar que, na maior parte dos casos, as reintegrações de posse são marcadas pelo “uso da força física” (Weber, 2009) como forma de coerção para inibir e reprimir qualquer reação popular. Podemos compreender que, juntamente com a ação policial, o uso de dispositivos de controle e segregação dos indivíduos “potencialmente perigosos” são acionados. A desumanização dos indivíduos, enquanto categorias presentes e reforçadas, está atrelada à imposição da autoridade e sobretudo o uso da força física transformada em fonte legítima em ações policiais, como ocorre no caso analisado.

A demolição das casas, realizada por retroescavadeiras, era assistida pelos policiais, assistentes sociais, oficiais de justiça e moradores. Como relatado por Josefa, mãe de Gisele: *nossa senhora foi o dia mais triste da minha vida, pior do que morrer uma pessoa, não gosto nem de lembrar daquele dia que já me sinto mal*. O espaço físico da casa de Josefa, por sua vez, não dava conta de abrigar as três filhas, netos e genros. A estratégia então era alternar a estadia na casa da mãe e de alguns vizinhos. Ao mesmo tempo, precisavam também cuidar dos pertences que ficaram na rua: *o pouquinho de coisa que a gente tinha ficou espalhado na rua, geladeira, móveis, roupas, tudo espalhado*. Revelavam o cuidado entre eles e passavam a maior parte dos dias e noites na rua.

O evento extraordinário, presente na “exceção ordinária”¹⁷ (Pierobon, 2018), foi marcado por tamanha violência, impactando a saúde mental de Gisele. Até

17 De acordo com a autora, alinhada teoricamente com Veena Das (2015), “o cotidiano de pessoas que vivem em exceção ordinária não é o lugar do óbvio e da repetição, mas o lugar em que eventos extraordinários acontecem no dia a dia e fazem com que as pessoas precisem reabitar o mundo a cada novo acontecimento” (Pierobon, 2018: 51).

hoje, ela toma remédio controlado e frequentemente relata sofrer com crises de ansiedade e pânico relacionadas à perda da moradia. Segundo ela: *Eu não podia ver ninguém batendo na porta que eu já achava que era uma notícia, a gente não podia ver um trator ou um ônibus que a gente já achava que tava cheio de polícia dentro, então atingiu muito minha saúde.*

Gisele relata também sobre as duas tentativas de *tirarem seus filhos*. O primeiro momento foi no dia da reintegração: *tinha uma assistente social, não sei bem o que era, mas ela perguntava para a gente se ia deixar as crianças em algum abrigo, alguma coisa. Eu disse que não, que onde eu ficasse eles ficariam comigo*. Depois de alguns dias da remoção, Gisele foi denunciada para o Conselho Tutelar por maus tratos e abandono dos filhos, uma vez que as crianças estavam passando longos períodos na rua. Gisele considera que a denúncia estava relacionada à grande repercussão nas mídias da cidade sobre o caso da reintegração, junto com a foto de Gabriel, seu filho de 3 anos, deitado ao lado de uma fogueira na rua.

Mais uma vez, a violência do Estado se manifestava. Não bastava terem tirado a sua casa, a remoção teve também como efeito a ameaça de perder a guarda dos filhos. Ao mesmo tempo, faz-se presente a culpabilização frente à moralidade da mulher que não dá conta dos cuidados maternos (Fernandes, 2011), ou ainda, como se *as escolhas* de Gisele colocassem a família em condição de “vulnerabilidade”. A situação gerou comoção dos vizinhos que advogaram a favor de Gisele e, como ela disse, *colocaram eles (Conselho Tutelar) para correr*.

Por mais que tenha sentido os efeitos do Estado, Gisele e sua rede familiar e de amigos reagiram a eles. As práticas políticas de vida nas margens também moldam as práticas de regulação e disciplina do que nomeamos como aparelho estatal. A situação vivida por ela nos permite enxergar o Estado na imanência, nas práticas, relações, agentes, documentos e não apenas nas instituições enquanto algo transcendente. Permite reconhecer os efeitos do Estado nas margens, como ele é formado continuamente na vida diária. Há momentos em que o Estado se faz progressivamente como uma institucionalidade complexa, mas há momentos em que ele é reificado, encarnado como uma instância última da regulação social (Vianna e Lowenkron, 2017).

Se, por um lado, a perda da casa era uma situação incontornável para manutenção das atividades cotidianas, como levar as crianças para a escola, por outro, as faltas (enquanto condicionalidades do PBF) poderiam acarretar no bloqueio do benefício. Viver na fronteira do conflito, em que as práticas oscilam entre tolerância, acordos e repressão (Telles, 2006), faz com que mulheres como Gisele administrem cotidianamente as perdas e estabeleçam estratégias de sobrevivência.

Hoje Gisele vive em uma casa feita de madeira em uma parte do terreno cedido provisoriamente pela mãe. Ela tem apenas um cômodo e duas camas, que divide com seus seis filhos. Desde que perdeu a casa, na reintegração de posse de 2018, a moradia que considerava improvisada se tornou definitiva. A mudança de moradia está rotinizada no seu cotidiano, desde a saída da casa dos pais para diversas casas nos quarteirões adjacentes. Ainda assim, sempre esteve no mesmo bairro. Gisele e sua família continuam residindo próximos às torres de alta tensão de energia, mesmo sendo essa a justificativa da sua remoção, o risco.

A história de Gisele lança luz para as práticas de poder e como se faz Estado nas margens (Das, 2004; Das e Poole, 2008). Também nos mostra os paradoxos dos efeitos de Estado nos cotidianos. Gisele, por sua vez, tenciona e questiona a atuação do Estado quando pergunta: *como cumprir as condicionalidades do Bolsa depois de perder a casa?* Gisele entra em disputa e luta política ao refazer suas casas a cada evento extraordinário, ousando esperar e tecer outros horizontes para o agora, ou para o futuro.

3. Os efeitos cotidianos do Estado nas margens e outras formas de ordenamento¹⁸

Dentro do debate sobre o acesso à renda e à moradia nas cidades, os processos de vida e de casas de Bela, Karol e Gisele nos apontam para os efeitos e as reconstruções cotidianas da atuação do Estado nas margens. Enquanto espaços territoriais e lugares de práticas, as margens redefinem constantemente os modos de ordenar e legislar, implicando em (i) mobilidades da população. Com base nos achados empíricos conectados com as discussões de autoras como Das e Poole (2008), pudemos compreender a atuação do Estado como o centro das práticas em que há simultaneamente “promessas da garantia” e “ameaças”.

Como vimos, o Estado se faz presente em todas as trajetórias, seja na forma de políticas sociais, como o PBF e o PMCMV, seja com a força policial desalojando as moradoras das suas casas ou na ameaça de desapropriação da casa com comércio do PCMV-1. Em relação aos programas sociais e à gestão da pobreza (Rizek, 2013), os dois programas se entrecruzam com muita frequência e se tornam fundamentais no cotidiano das famílias populares.

18 Por ordenamento social, compreende-se um complexo orgânico de práticas que, por meio delas, produz-se uma disposição de conduta, hierarquias e códigos organizados e complexos, caracterizando a própria ordem social. Também entendemos que o Estado não é o único que produz ordem social (Silva, 2004). A religião e o crime, por exemplo, também coexistem com o Estado nos cotidianos das periferias urbanas enquanto regimes normativos (Feltran, 2014, 2020).

Um exemplo claro sobre “promessas de garantia” e “ameaças” é o caso de Karol, que sonhava em construir um pequeno comércio em sua casa. Entretanto, essa prática é considerada ilegal perante ao Estado. Por outro lado, o local onde mora é fruto de uma política social que produz uma imobilidade forçada em um bairro segregado, quase sem nenhum equipamento público ou privado que atendesse às necessidades da população. Nesse sentido, um comércio construído na unidade habitacional poderia tanto colaborar com a renda familiar quanto suprir a demanda por equipamentos de consumo e movimentar a economia local. Entretanto, a saída apresentada pelo Estado é a punição. Como citado anteriormente, no caso do Jd. Zaváglia, a prefeitura estava prestes a autuar algumas casas e, talvez, até pedir reintegração de posse. Assim, até mesmo as formas de “viração” são reduzidas devido à imobilidade forçada imposta pelo PMCMV-1.

Assim como para Karol, os processos de vida de Bela nos mostram que “ganhar a casa”, ou seja, ser titular do PMCMV-1 e ter acesso a uma casa própria, não necessariamente traz estabilidade. Por um lado, isso permitiu que Bela não passasse por deslocamentos forçados. Porém, as escolhas sobre suas mobilidades cotidianas foram comprometidas. Sendo assim, os significados sobre os processos de “ganhar a casa” são ambivalentes, bem como os efeitos do Estado.

Outro caso emblemático apresentado foi o da Gisele. Despejada violentamente, com a justificativa de viver em “área de risco”, perdeu sua casa, foi acusada de negligência no cuidado de seus filhos e ameaçada de ter o benefício do PBF bloqueado por não cumprir as condicionalidades de frequência escolar dos filhos. Notamos que diversas ações do Estado, postas em prática por agentes e racionalidades diferentes, obrigaram Gisele e seus filhos a se deslocarem com emergência e refazer a casa em outra “área de risco” na tentativa de garantir a subsistência, resultando no aumento da precariedade da vida.

Para além das formas de ordenamento do Estado, concorrem e/ou dialogam com ele outras instituições e formas de ordenamento como a família, a igreja e o crime. Claramente, nas três trajetórias, o papel da rede familiar no amparo das questões habitacionais é fundamental: a casa da sogra, da mãe, do cunhado, dos irmãos etc. se tornam espaços estratégicos para a manutenção da vida e da família. A família se ampara tanto na questão habitacional quanto na questão do trabalho: a rede de indicações para empregos é um fator muito importante. Por fim, a igreja também aparece com seu lugar de destaque nas primeiras trajetórias. É pela mediação das socializações na igreja que Bela se casa e Karol busca o acesso ao PMCMV. Também é a igreja, especialmente de orientação neopentecostal, que fomenta parte da ideologia meritocrática e individual que

aparece em ambas as trajetórias. A esfera dos direitos sociais se dilui na esfera da religião e da meritocracia: Eu conquistei porque Deus indicou e eu fui atrás.

4. Considerações finais

Com as lentes para os processos de vida, mais especificamente para “a vida das casas” (Araujo Silva, 2017), que estão relacionadas às casas vividas e experienciadas por Bela, Karol e Gisele, buscamos fugir da caracterização da casa enquanto *locus* da estabilidade. Nesse sentido, as contribuições analíticas de Motta (2014) e Araujo Silva (2017) foram fundamentais para pensar o “fazer a casa”, sendo essa “uma representação nativa que encerra o ideal da autonomia, contidos também nas expressões ‘começar a vida’ e ‘andar com as próprias pernas’, ‘quem casa quer casa’” (Araujo Silva, 2017: 110). Nas mais variadas interações ao longo do processo das pesquisas, o “fazer a casa” esteve presente, assumindo inclusive um caráter intergeracional, evidenciando as práticas dos sujeitos em busca por autonomia, liberdade, independência e sentido para as vidas.

O mesmo ocorreu em relação ao “perder a casa”, um evento extraordinário, presente no cotidiano, como uma “exceção ordinária” (Das, 2004; Pierobon, 2018) de centenas de milhares de famílias que residem em “áreas de risco”, seja pelas remoções e despejos, mas também pela dificuldade em pagar o aluguel, nas relações de favor ao habitar determinadas casas, entre tantos outros processos. Ainda, foi possível compreender, frente às ameaças de “perder a casa”, as mais variadas estratégias de resistência para “refazer a casa”.

Nesse processo, as categorias por vezes se embaralham, cruzam-se e entrelaçam. Ou seja, as dinâmicas que produzem os espaços urbanos não são estanques. É justamente na fluidez, nas fronteiras entre as categorias “fazer” e “perder” a casa que compreendemos que essas estão sempre “em configuração”. Assim, não são entidades isoladas em si, mas se reconfiguram a todo momento, em um processo social dinâmico, tecido pelas relações sociais dentro e entre casas.

O encontro de três pesquisas etnográficas que utilizam a descrição e análise de trajetórias e das vidas cotidianas de mulheres moradoras de periferias urbanas brasileiras teve como proposta pensar os deslocamentos e continuidades na representação das “periferias”, especialmente na representação da “casa”. Com o olhar voltado para a temática da pobreza, pudemos analisar as transformações recentes nas e das periferias, sobretudo pelo viés das políticas de habitação social e de transferência de renda produzidas no lulismo, tão centrais nas últimas décadas.

Por fim, notamos que o Estado não pode ser compreendido como uma figura homogênea, pois os seus sentidos, agentes, práticas e efeitos são diversos

e atingem grupos sociais de maneiras distintas e ambivalentes: provém a casa própria, mas as condições socioespaciais colocam as famílias em situação de maior vulnerabilidade. O trabalho informal e ilícito, uma das saídas para enfrentar a pobreza, é criminalizado pelo próprio Estado. Por outro lado, o Estado desaloja e pune as famílias sem casa, dificultando a guarda do filho, o acesso à educação e saúde. Como nos mostra Das e Poole, o Estado não é monolítico e acomoda diversas lógicas, significados e atores. Evidenciamos como os processos de “ganhar” e “perder” casas tensionam essas formas de representação e, mais precisamente, como a vida cotidiana dessas três mulheres disputam os sentidos do “viver” nas margens, do “morar” nas periferias – sentidos que estão em constante redefinição e (i)mobilidade.

Referências

- ARAÚJO SILVA, Marcella Carvalho de. *Obras, casas e contas: uma etnografia de problemas domésticos de trabalhadores urbanos, no Rio de Janeiro*. 292f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.
- BECK, Ulrich. *Sociedade de Risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo, Editora 34, 2010.
- BREDA, Thalles Vichiato. *Articulações entre a produção do espaço urbano e a gestão do social: agentes e escalas na produção do PMCMV em São Carlos/SP*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP, 296f, 2018.
- CABANES, Robert. Proletários em meio à tormenta neoliberal. Tradução: RIZEK, Cibele S. In: CABANES, Robert; et al. (Org.). *Saídas de emergência: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo*. Tradução de F. Ferrone; C. S. Rizek. São Paulo, Boitempo, 2011.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, Vozes, 2003.
- CUNHA, N. V.; FELTRAN, G. S. (Orgs.). *Sobre Periferias: Novos conflitos no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro, Lamparina & FAPERJ, 2013.
- DAS, Veena; POOLE, Deborah. El Estado y sus márgenes. Etnografías comparadas. Traducción: DAELS, María; PIÑEIRO, Julia. *Cuadernos de Antropología Social*. n. 27, 2008, pp. 19-52.
- DAS, Veena; RANDERIA, Shalini. Politics of the Urban Poor: Aesthetics, Ethics, Volatility, Precarity: An Introduction to Supplement 11. *Current Anthropology*, v. 56, Supplement 11, 2015.

- DAS, Veena. *Life and Words: Violence and the Descent into the Ordinary*. Berkeley, University of California Press, 2004.
- DOUGLAS, Mary; WILDAVSKY, Aaron. *Risk and Culture: An Essay on the Selection of Technological and Environmental Dangers*. Berkeley, University of California Press, 1983.
- DURHAM, Eunice. *A Caminho da Cidade*. Editora Perspectiva, 1978.
- FELTRAN, Gabriel de Santis. O valor dos pobres: a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo. In: *Caderno CRH*. Salvador, v. 27, n. 72, set./dez., 2014.
- FELTRAN, Gabriel de Santis. *The entangle city: crime as urban fabric in São Paulo*. Reino Unido, Manchester University Press, 2020, 288p. FERNANDES, Camila. "Ficar com": Parentesco, criança e gênero no cotidiano. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Programa de Pós-Graduação em Antropologia – Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2011.
- FREIRE-MEDEIROS, Bianca; LAGES, Mauricio Piatti. A virada das mobilidades: fluxos, fixos e fricções. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 123, pp. 121-142, 2020.
- FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População*. São Paulo, Martins Fontes, 2008, pp. 37-116.
- HARAWAY, Donna. "Situated knowledges: the sciences question in feminism and the privilege of partial perspective". *Feminist Studies*, v. 14, n. 3, pp. 575-599, 1988.
- HILL COLLINS, Patricia. "Intersectionality: a knowledge project for a decolonizing world?". Comunicação ao colóquio Internacional Intersectionnalité et Colonialité: Débats Contemporains, Université Paris Diderot, 28 mar., 2014.
- HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo soc.* [online]. v. 26, n. 1, pp. 61-73, 2014.
- JIRÓN, Paola; SINGH, Dhan Zunino. Dossier. Movilidad urbana y género: experiencias latinoamericanas. *Revista Transporte y Territorio*, n. 16, pp. 01-08, 2017.
- MALLAK, Fernanda. Kagan. *Entre trajetórias do "fazer a casa" e "perder a casa": remoções, mobilidades e produção de territórios na Região Metropolitana de São Paulo*. Exame de Qualificação (Doutorado em Sociologia), Centro de Educação e Ciências Humanas, UFSCar, 2020.
- MARCELIN, Louis Herns. A linguagem da casa entre os negros do Recôncavo Baiano. *Mana*, Rio de Janeiro, n. 2, v. 5, pp. 31-60, 1999.
- MANO, Apoena. Morro de medo: homicídios em trajetos interrompidos no circuito das favelas "pacificadas" da zona sul carioca. *Ponto Urbe*. Revista do núcleo de antropologia urbana da USP, n. 28, 2021.
- MOTTA, Eugênia. Houses and economy in the favela. *Vibrant*. Florianópolis, v. 11, pp. 118-158, 2014.

- O'MALLEY, Pat. Governmentality and risk. Social theories of risk and uncertainty: An introduction. *Legal Studies Research Paper*, n. 09/98, set. 2009.
- PIEROBON, Camila. *Tempos que duram, lutas que não acabam: o cotidiano de Leonor e sua ética de combate*. 324 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.
- PINHO, Isabela Vianna. *Casa de mulher: os circuitos cotidianos de cuidado, dinheiro e violência em São Carlos/SP* / Isabela Vianna Pinho. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP, 201f, 2019.
- RIZEK, Cibele Saliba. Práticas culturais e ações sociais: novas formas de gestão da pobreza. In: *Caderno de debates: juventude e direitos na cidade* [S.l: s.n.], 2013.
- SHELLER, Mimi. *Mobility Justice. The Politics of Movement in an Age of Extremes*. London, Verso, 2018.
- SILVA, Luiz Antonio Machado. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. In: *Sociedade e Estado*. Brasília, v. 19, n. 1, pp. 53-84, jan./jun. 2004.
- SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.
- TELLES, Vera da Silva. Trajetórias urbanas: fios de uma descrição da cidade. In: TELLES, Vera da Silva; CABANES, Robert. (Org.). *Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo, Humanitas, 2006.
- UTENG, Tanu Priya; CRESSWELL, Tim. *Gendered mobilities*. Hampshire, Ashgate ed. [s.l.] Ashgate Aldershot, 2008.
- VIANNA, Adriana; LOWENKRON, Laura. O duplo fazer do gênero e do Estado: interconexões, materialidades e linguagens. *Cadernos Pagu*, v. 1, n. 51, p. 01, 2017.
- WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 2009.
- ZELIZER, Viviana. Dinheiro, poder e sexo. *Cad. Pagu* [online]. n. 32, pp. 135-157, 2009.

Recebido em: 29/04/2021

Aprovado em: 22/11/2021

Como citar este artigo:

PINHO, Isabela Vianna ; BREDA, Thalles Vichiato e MALLAK, Fernanda Kagan. “Ganhar” e “perder” casa: as (i) mobilidades de mulheres nas periferias paulistas. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 12, n. 2, maio - agosto. 2022, pp. 545-567.